

3.2 — A comissão executiva do Plano tem as seguintes competências:

- a) Apresentar propostas ao conselho sobre as medidas tendentes à prossecução dos objectivos consagrados no Plano;
- b) Elaborar a proposta do plano anual e respectivo orçamento a submeter ao conselho;
- c) Elaborar a proposta de relatório anual sobre a actividade desenvolvida a submeter ao conselho;
- d) Assegurar a execução das decisões do conselho;
- e) Assegurar o apoio técnico à execução de programas específicos que eventualmente sejam criados no âmbito do PRTA;
- f) Classificar as medidas consagradas no Plano, estabelecendo as respectivas prioridade e inter-relação no quadro do planeamento global;
- g) Dinamizar o funcionamento dos grupos de trabalho previstos no Plano, nomeadamente pela coordenação de actividade dos mesmos com as orientações do conselho.

3.3 — As entidades mencionadas no n.º 3 devem proceder à nomeação dos seus representantes na comissão nos 30 dias imediatos à entrada em vigor da presente resolução.

4 — A comissão executiva do PRTA é assistida a título permanente por uma estrutura de apoio técnico, chefiada por um chefe de projecto nomeado pelo membro do Governo com tutela sobre o sector do turismo, sob proposta do conselho do Plano.

4.1 — A estrutura de apoio técnico funciona junto da Região de Turismo do Algarve e tem a natureza de estrutura de projecto, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro.

4.2 — Esta estrutura integrará um máximo de quatro elementos, sendo três técnicos superiores e um técnico.

4.3 — Para efeitos remuneratórios, o chefe de projecto é equiparado a director de serviços.

4.4 — Os elementos que integram a estrutura de apoio técnico são designados nos seguintes termos:

- a) Em regime de comissão de serviço, requisição ou destacamento, quando vinculados à função pública;
- b) Em regime de contrato a termo certo, quando não vinculados à função pública;

4.5 — Os contratos referidos na alínea b) do número anterior regem-se pela lei geral do trabalho.

5 — A Região de Turismo do Algarve disponibilizará as instalações e assegurará o restante apoio logístico necessário ao conselho do Plano e à comissão executiva para exercício das suas funções.

5.1 — O financiamento das estruturas de dinamização e acompanhamento do PRTA, que agora se criam, será suportado pelos orçamentos das entidades representadas no conselho e pelas verbas do Fundo de Turismo consignadas para esse fim de acordo com o orçamento anual previsto na alínea d) do n.º 2.2. por despacho do membro do Governo com tutela sobre o turismo.

6 — São revogados os n.ºs 2 a 6 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 8/95, de 9 de Fevereiro.

Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Julho de 1998. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 471/98

de 3 de Agosto

Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 15/98, de 26 de Março, é necessário aprovar o modelo de salvo-conduto a emitir aos requerentes de asilo relativamente aos quais seja proferida decisão de transferência da responsabilidade pela análise do pedido.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, aprovar o modelo de salvo-conduto em anexo à presente portaria, que dela faz parte integrante.

Ministério da Administração Interna.

Assinada em 1 de Julho de 1998.

Pelo Ministro da Administração Interna, *Armando António Martins Vara*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

PORTUGAL

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Doc. n.º P /

Referência n.º (\*): \_\_\_\_\_

**SALVO-CONDUTO**

Emitted nos termos dos artigos 11.º e 13.º da Convenção de Dublin, de 15 de Junho de 1990, sobre a determinação do Estado responsável pela análise de um pedido apresentado num Estado-membro das Comidades Europeias.

Válido apenas para a transferência de \_\_\_\_\_ (\*) para \_\_\_\_\_ (\*\*) deitando o requerente de asilo apresentar-se em \_\_\_\_\_ (\*) antes de \_\_\_\_\_ (\*\*).

Emitted a favor de:

APELIDO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

Data de emissão: \_\_\_\_\_

FOTOGRAFIA

CARIMBO \_\_\_\_\_  
(Pela autoridade competente)

O titular deste salvo-conduto foi identificado pelas autoridades (\*) (\*\*).

O presente salvo-conduto é emitido apenas em aplicação dos artigos 11.º e 13.º da Convenção de Dublin, não podendo em caso algum ser equiparado a um documento de viagem que autorize a passagem da fronteira externa ou a um documento de identificação.

(\*) O número de referência é atribuído pelo país a partir do qual é efectuado o transporte.

(\*\*) Estado-membro a partir do qual é efectuado o transporte.

(\*) Estado-membro para o qual é efectuado o transporte.

(\*) Local onde se deverá apresentar o requerente de asilo à sua chegada ao segundo Estado-membro.

(\*) Data-Limite em que o requerente de asilo se deverá apresentar à sua chegada ao segundo Estado-membro.

(\*) Com base nos seguintes documentos de identificação apresentados às autoridades.

(\*) Com base na declaração do requerente de asilo ou em documentos que não sejam nem o documento de viagem, nem o de identificação.

Die Identität des Inhabers dieses Laissez-passer ist von den Behörden ... (5) (6) festgestellt worden.

Dieses Dokument wird nur in Anwendung der Artikel 11 und 13 des Dubliner Übereinkommens ausgestellt und ist weder einem Reisedokument, das zum Überschreiten der Außengrenze berechtigt, noch einem Dokument, mit dem die Identität des Betroffenen nachgewiesen wird, gleichzustellen.

- (1) Mitgliedstaat, aus dem der Betroffene überstellt wird.
- (2) Mitgliedstaat, in dem der Betroffene überstellt wird.
- (3) Meldefirst des Asylbewerbers nach Ankunft im zweiten Mitgliedstaat.
- (4) Ort, an dem sich des Asylbewerbers nach Ankunft im zweiten Mitgliedstaat melden muß.
- (5) Anhand der folgenden den Behörden vorgelegten Reisedokumente oder Ausweispapiere.
- (6) Anhand einer Erklärung des Asylbewerbers oder anderer Dokumente als Reisedokumente oder Ausweispapiere.
- (7) Die Registrierungsnummer wird vom überstellenden Staat vergeben.

D

Indehaveren af denne passersedel er blevet identificeret af myndighederne ... (5) (6).

Dette dokument er udelukkende udstedt i medfør af Dublin-konventionens artikel 11 og 13 og udgør i intet tilfælde et dokument, der kan sidestilles med et rejsedokument, der giver tilladelse til at passere de ydre grænser, eller med et dokument, der beviser indehaverens identitet.

- 1) Den medlemsstat, hvorfra overførslen finder sted.
- 2) Den medlemsstat, hvortil overførslen finder sted.
- 3) Det sted, hvor asylansøgeren skal indfinde sig i den anden medlemsstat.
- 4) Fristen for, hvornår asylansøgeren skal indfinde sig i den anden medlemsstat.
- 5) På grundlag af følgende rejsedokumenter eller identitetspapirer, som er forelagt myndighederne.
- 6) På grundlag af asylansøgerens erklæring eller andre dokumenter end rejsedokumenter identitetspapirerog
- 7) Referencenummeret tildeles af den medlemsstat, hvorfra overførslen finder sted.

DK

El titular del presente salvoconducto ha sido identificado por las autoridades ... (5) (6).

El presente documento se expide exclusivamente a los efectos de la aplicación de los artículos 11 y 13 del Convenio de Dublín y en ningún caso constituye un documento asimilable a un documento de viaje que autorice el cruce de una frontera exterior ni un documento probatorio de la identidad de la persona.

- (1) Estado miembro a partir del cual se efectúa el traslado.
- (2) Estado miembro hacia el cual se efectúa el traslado.
- (3) Lugar en el que deberá presentarse el solicitante de asilo a su llegada al segundo Estado miembro.
- (4) Fecha límite en que deberá presentarse el solicitante de asilo a su llegada al segundo Estado miembro.
- (5) Sobre la base de los siguientes documentos de viaje o de identidad presentados a las autoridades.
- (6) Sobre la base de la declaración del solicitante de asilo o de documentos distintos del documento de viaje o de identidad.
- (7) El número de referencia será asignado por el país a partir del cual se efectúe el traslado.

ES

Le porteur du présent laissez-passer a été identifié par les autorités ... (5) (6).

Le présent document est délivré uniquement par l'application des articles 11 et 13 de la Convention de Dublin et ne constitue en aucun cas un document assimilable à un document de voyage autorisant le franchissement de la frontière extérieure ou à un document prouvant l'identité de l'individu.

- (1) Etat membre à partir duquel le transfert est effectué.
- (2) Etat membre vers lequel transfert est effectué.
- (3) Lieu où le demandeur d'asile devra se présenter à son arrivée dans le deuxième Etat membre.
- (4) Date limite à laquelle le demandeur d'asile devra se présenter à son arrivée dans le deuxième Etat membre.
- (5) Sur la base des documents de voyage ou d'identité suivants présentés aux autorités.
- (6) Sur la base de la déclaration du demandeur d'asile ou de documents autres que le document de voyage ou d'identité.
- (7) Le numéro de référence sera attribué par le pays à partir duquel le transfert est effectué.

F

...viranomaiset ovat tunnustaneet tämän kulkuluvan haltijan (5) (6).

Tämä asiakirja on annettu ainoastaan Dublinin yleissopimuksen 11 ja 13 artiklan nojalla eikä se ole missään tapauksessa rinnastettavissa ulkorajan ylittämiseen oikeuttavaan matka-asiakirjaan tai haltijansa henkilöilmoitusten osoittavaan asiakirjaan.

- (1) Jäsenvaltio, josta siirtyminen tapahtuu.
- (2) Jäsenvaltio, johon siirtyminen tapahtuu.
- (3) Paikka, jossa turvapaikanhakijan on ilmoitettava saavuttuaan toiseen jäsenvaltioon.
- (4) Määräpäivä, johon mennessä turvapaikanhakijan on ilmoitettava saavuttuaan toiseen jäsenvaltioon.
- (5) Viranomaisille esitetyt matka-asiakirjojen tai henkilöilmoitustodistusten perusteella.
- (6) Turvapaikanhakijan lausunnon tai muiden asiakirjojen kuin matka-asiakirjan tai henkilöilmoitustodistuksen perusteella.
- (7) Viitenumeron antaa maa, josta siirtyminen tapahtuu.

FI

Il portatore del presente lasciapassare è stato identificato dalle autorità ... (5) (6).

Il presente documento è rilasciato unicamente in applicazione degli articoli 11 e 13 della convenzione di Dublino e non costituisce in nessun caso un documento assimilabile a un documento di viaggio che autorizzi l'attraversamento della frontiera esterna né a un documento che comprovì l'identità dell'interessato.

- (1) Stato membro da cui è effettuato il trasferimento.
- (2) Stato membro verso cui è effettuato il trasferimento.
- (3) Luogo in cui il richiedente asilo dovrà presentarsi al suo arrivo nel secondo Stato membro.
- (4) Termine entro il quale il richiedente asilo dovrà presentarsi al suo arrivo nel secondo Stato membro.
- (5) In base ai seguenti documenti di viaggio o di identità presentarsi alle autorità.
- (6) In base alla dichiarazione del richiedente asilo o a documenti diversi dal documento di viaggio o di identità.
- (7) Il numero di riferimento verrà attribuito dal paese dal quale è effettuato il trasferimento.

I

The bearer of this laissez-passer has been identified by the authorities ... (5) (6).

This document is pursuant to Articles 11 and 13 of the Dublin Convention only and cannot under any circumstances be regarded as equivalent to a travel document permitting the external frontier to be crossed or to a document proving the individual's identity.

- (1) Member State from which transferred.
- (2) Member State to which transferred.
- (3) Place at which the asylum applicant has to present him/herself upon arrival in the second Member State.
- (4) Deadline by which the asylum applicant has to present him/herself upon arrival in the second Member State.
- (5) On the basis of the following travel or identity documents presented to the authorities.
- (6) On the basis of a statement by the asylum applicant or of documents other than a travel or identity document.
- (7) Reference number to be given by the country from which the transfer takes place.

EN

Η ταυτ\_τητα τουφ\_ροντος τηνπαρο\_σα\_δεια δι\_λευσης ανααρ\_σθηκε απ\_τις αρχ\_ς ... (5) (6)

Το παρ\_ν\_γγραφο εκδ\_δεται μ\_νον κιατ\_ εφαρμογ\_ν των\_ρθρων 11 και 13 της\_μ\_βιθιας τουδουβλ\_νου και κατ\_καν\_να τρ\_πο δεν\_ αποτελε\_γγραφο εζομοιο\_μενο προς\_γγραφο ταξιδ\_ου το οπο\_οειτρ\_πει τη δι\_λευση των\_εξωτερικ\_ν συν\_ρων\_προς\_γγραφο που αποδεικν\_ει την ταυτ\_τητα του ατ\_μου.

- [1] Κρ\_τος μ\_λος απ\_ το οπο\_ο\_γ\_νεται η μεταγωγ\_.
- [2] Κρ\_τος μ\_λος προς το οπο\_ο\_γ\_νεται η μεταγωγ\_.
- [3] Μ\_ρος που αρ\_πει να παρουσιασθε\_ο αιτ\_ν το\_συλο και\_την\_φιλ\_του στο δε\_τερο κρ\_τος μ\_λος.
- [4] Προθεσμ\_α μ\_σα στην\_οκο\_απρ\_πει να παρουσιασθε\_ο αιτ\_ν το\_συλο και\_την\_φιλ\_του στο δε\_τερο κρ\_τος μ\_λος.
- [5] Β\_σει των\_ακολουθων\_εγγρ\_φων ταξιδ\_ου ταυτ\_τητας που παρουσι\_ζονται στις αρχ\_ς.
- [6] Β\_σει της δ\_λωσης του αιτ\_ντος το\_συλο\_λλανγγρ\_φων πλην του\_εγγρ\_φου ταξιδ\_ου ταυτ\_τητας.
- [7] Ο αριθμ\_ς αναφορ\_ς δ\_εται απ\_το κρ\_τος απ\_το οπο\_ο\_γ\_νεται η μεταγωγ\_.

GR

De identiteit van de houder van dit doorlaatbewijs is door de ... autoriteiten vastgesteld (5) (6).

Dit document wordt uitsluitend afgegeven afgegeven krachtens de artikelen 11 en 13 van de Overeenkomst van Dublin en kan in geen geval gelijk worden gesteld met een reisdokument voor overschrijding van de buitengrens, noch met een identiteitsdocument.

- (1) Lidstaat die overdraagt.
- (2) Lidstaat Waarheen wordt overgedragen.
- (3) Plaats waar de asielzoeker zich moet aanmelden bij aankomst in de tweede lidstaat.
- (4) Uiterste datum waarop de asielzoeker zich moet aanmelden bij aankomst in de tweede lidstaat.
- (5) Aan de hand van de volgende aan de autoriteiten voorgelegde reis- of identiteitsdocumenten.
- (6) Aan de hand van de verklaringen van de asielzoeker of van andere beschelden dan reis- of identiteitsdocumenten.
- (7) Het referentienummer wordt toegekend door de overdragende lidstaat.

NL

Innehavaren av denna passersedel har för myndigheterna styrkt sin identitet ... (5) (6).

Detta dokument utfärdas endast enligt artiklarna 11 och 13 i Dublinkonventionen och kan inte på något sätt jämföras med en resehandling som tillåter att de yttre gränserna passeras, eller en identitetshandling.

- (1) Medlemsstat från vilket överföringen verkställs.
- (2) Medlemsstat till vilket överföringen verkställs.
- (3) Ort där den asylsökande skall anmäla sig efter ankomsten till den andra medlemsstaten.
- (4) Sista dag då den asylsökande skall anmäla sig efter ankomsten till den andra medlemsstaten.
- (5) Genom rese- eller identitetsdokument som uppvissats för myndigheterna.
- (6) Genomutlåtanden från den asylsökande, eller andra handlingar än rese- eller identitetsdokument.
- (7) Referensnumret skall tilldelas av det land från vilket överföringen genomförs.

S